

Acesse

Policiaimento
& Tecnologia

PAG.15

Orçamento
das polícias

PAG.17

Incidência
Política Popular

PAG.23

dossiê dossiê dossiê dossiê dossiê

Orçamentário

// Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo



Foto: Sérgio Lima / Poder 360

2025 // DMJRACIAL.COM

APOIO



FH Fundo Brasil de
Direitos Humanos



*“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem”
(Carlos Marighella)*



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Iniciativa Direito à Memória e
Justiça Racial - IDMJR

COORDENAÇÃO

Fransérgio Goulart e
Giselle Florentino

PRODUÇÃO DE DADOS

Giselle Florentino
Fransérgio Goulart
Patrick Melo

DIAGRAMAÇÃO

Giselle Florentino

FOTO DA CAPA

Sérgio Lima

Avenida Erasmo Braga, 277, Centro/RJ
CEP: 20020-000
Idioma Original Português

Publicado originalmente em 2025 pela Iniciativa
Direito à Memória e Justiça Racial

Todos os direitos reservados. Esta publicação
possui direitos autorais, mas pode ser
reproduzida livremente por quaisquer meios, para
fins educacionais, de militância e de campanhas,
não podendo ser comercializado.

Para saber mais da IDMJR: <https://dmjracial.com/>

Índice

Presenças 69
Ausências 1
Licenciados 0

BRASIL	UNIÃO	FRUIPE DOMINGOS	UNIÃO	BRASIL	UNIÃO	UNIÃO	UNIÃO
BRASIL	UNIÃO	FRUIPE DOMINGOS	UNIÃO	BRASIL	UNIÃO	UNIÃO	UNIÃO
CARLOS MAGDO	PEB	FABIO DEALMEIDA	PEB	MARCELO FREITAS	PEB	VALDECI DA SILVA	PEB
CARLOS MAGDO	PEB	FRANCINEI MOTA	UNIÃO	MARINA ROCHA	PEB	MARCELO CARNEIRO	PEB
CÉLIA BRAGA	PL	GERMAN RIBEIRO	UNIÃO	RAI LEMUS	PEB	WEDNESTON FIALI	PEB
CHICO MACEDO	UNIÃO	GUSTAVO SCHMIDT	UNIÃO	VALÉRIA FRANCISCO	UNIÃO	ZEZARI	UNIÃO
CRISTIANO DA MOURA	UNIÃO	GUSTAVO TAVELA	UNIÃO	WILL DE CARVALHO	UNIÃO		
CYRILLO JARDI	UNIÃO	JAY BRITTO	PL	YARA TAVELLI	UNIÃO		
GERSON SALES	PL	JAY OLIVEIRA	PL	YURI RICARDO	UNIÃO		

APRESENTAÇÃO 7

PERFIL LEGISLATIVO 8

PRODUÇÃO LEGISLATIVA:
POLICIAMENTO & TECNOLOGIAS 15

ORÇAMENTO PÚBLICO 17

INCIDÊNCIA POLÍTICA POPULAR 23

CONSIDERAÇÕES FINAIS 26



<http://IDMJRACIAL.COM>

quem somos

A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial — IDMJR é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado. Buscamos debater Segurança Pública a partir da centralidade do racismo. Pois, a estrutura racista do Estado define as diferentes faces do genocídio para populações negras de periferias, subúrbios e favelas.

Nossa atuação territorial se inicia na região da Baixada Fluminense – RJ, mas hoje se desenvolve em todo estado do Rio de Janeiro e visa a construção de políticas de segurança pública pautada na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência de Estado com centralidade no enfrentamento ao racismo estrutural e reivindicação por justiça racial. A IDMJRacial é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes que produz contranarrativas sobre violência de Estado e da luta antirracista nas periferias.

apresentação

Neste primeiro ano de atuação da **Rede Abolicionista - por uma Incidência Política Popular!** direcionamos nossas ações para o monitoramento da pauta orçamentária em 3 estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Neste dossiê, apresentamos o **perfil legislativo dos parlamentos estaduais**, uma análise das proposições legislativas sobre **tecnologia e policiamento**, o **orçamento público** das políticas segurança pública e sistema prisional e os resultados da **incidência política popular** no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Reiteramos que a incidência política no orçamento público é estratégico para a promoção de direitos sociais. Nosso objetivo é o investimento no arsenal armamentista das polícias e redirecionar esse gasto público para políticas de assistência social, cultural, habitação e educação para favelas e periferias. Para nós, o desinvestimento das polícias é um importante dispositivo de controle da atuação policial e uma forma de impedir a adesão de novas tecnologias de produção de morte que apenas resultam na continuidade do genocídio e no encarceramento população negra.

Mesmo com um período tão curto de atuação podemos apontar boas práticas na realização do *advocacy* no Legislativo e acima de tudo, celebrar boas vitórias. Em um campo tão árido de disputas, como o da segurança pública, devemos comemorar as ações que impedem violações de direitos humanos e também de aprofundamento da militarização.

Vem com a gente!

rio de janeiro

RIO

RIO

RIO

Alerj



A IDMJRacial entende a importância de fomentar uma ampla rede de incidência política para impedir as tentativas cotidianas de retrocessos no campo de Direitos humanos, principalmente sobre as questões de segurança pública e sistema prisional. Por isso, a importância de traçar um perfil das casas legislativas, identificando as principais pautas debatidas, articulação com o Executivo e o financiamento das políticas pública.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conta com 70 parlamentares que irão representar 16 milhões de pessoas que residem nos 92 municípios do estado.

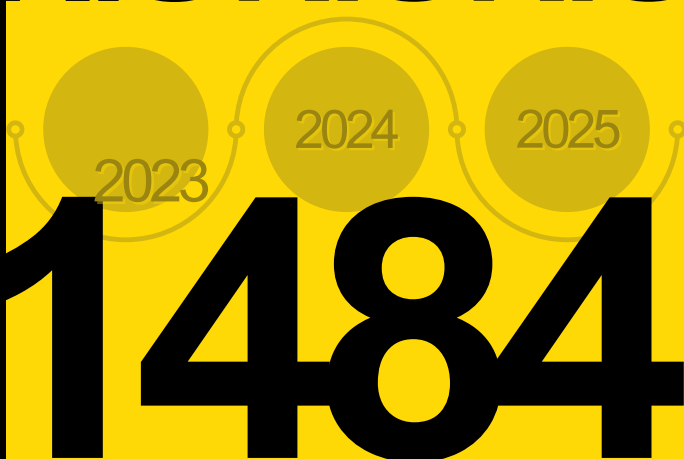
Em relação a produção legislativa da Alerj na área de segurança pública, de 2023 à março de 2025 foram protocolados **1.484 proposições legislativas desta temática**. Sendo que, 86% são projetos de lei e 14% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Alerj e sua atuação territorial, já que são de competência privativa do Poder Executivo ou Judiciário.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam de militarização nas escolas, reestruturação do plano de carreira e aumento de benefícios sociais e gratificações para as polícias, a expansão de novas unidades de policiamentos entre os municípios, bem como, o aumento de arsenal bélico para as forças de segurança pública, maior financiamento para setores policiais, a implementação de novas tecnologias de controle e vigilância que resultam em aumento do encarceramento em massa e continuidade do genocídio do povo negro.

Em relação autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Rosenverg Reis (MDB) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 110 textos de lei. Em seguida, Rodrigo Amorim (PTB) com 75, Márcio Canella (União) com 60, Martha Rocha (PDT) com 60 e Thiago Rangel (PMB) com 53 com matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 63% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, União Brasil, PT, MDB e PSOL.

RIO RIO RIO
RIO RIO RIO
RIO RIO RIO



proposições legislativas sobre segurança pública

86%
são projetos de lei

14%
são indicações
legislativas

principais autores & partidos

rosenverg reis - MDB



rodrigo amorim - União



márcio canella - União



martha rocha - PDT



thiago rangel - PMB



Foto: Alerj



são paulo

SP

SP

SP

Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado do São Paulo conta com 94 parlamentares para representar 43 milhões de pessoas que residem nos 645 municípios do estado.

Em relação a produção legislativa da Alesp na área de segurança pública, de 2023 à março de 2025 foram protocolados **1.635 proposições legislativas desta temática**. Sendo, 74% são projetos de lei e 26% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Alesp e sua atuação territorial, já que são de competência privativa do Poder Executivo ou Judiciário.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam de modernização e expansão do policiamento ostensivo, aumento de unidades policiais, maior financiamento para setores policiais, políticas de enfrentamento à violência de gênero, a implementação de novas tecnologias de controle e vigilância.

Em relação autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Caio França (PSB) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 229 textos de lei. Em seguida, Capitão Telhada (PP) com 212, Agente Federal Danilo Balas (PL) com 95, Rogério Nogueira (PSDB) com 76 e Delegada Graciela (PL) com 65 matérias legislativas. Há uma ampla articulação da bancada da bala, com uma série de deputados e deputadas que já foram agentes de segurança pública.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 55% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, Progressistas, PSB, PT e PSDB.

SP SP SP
SP SP SP
SP SP SP

2023

2024

2025

1635

proposições legislativas

sobre segurança pública

74%
são indicações legislativas

26%
são projetos de lei

principais autores & partidos

caio França - PSB



capitão telhada - PP



agente federal
danilo balas - PL



rogério
nogueira - PSDB



delegada
graciela - PL



Foto: Alesp

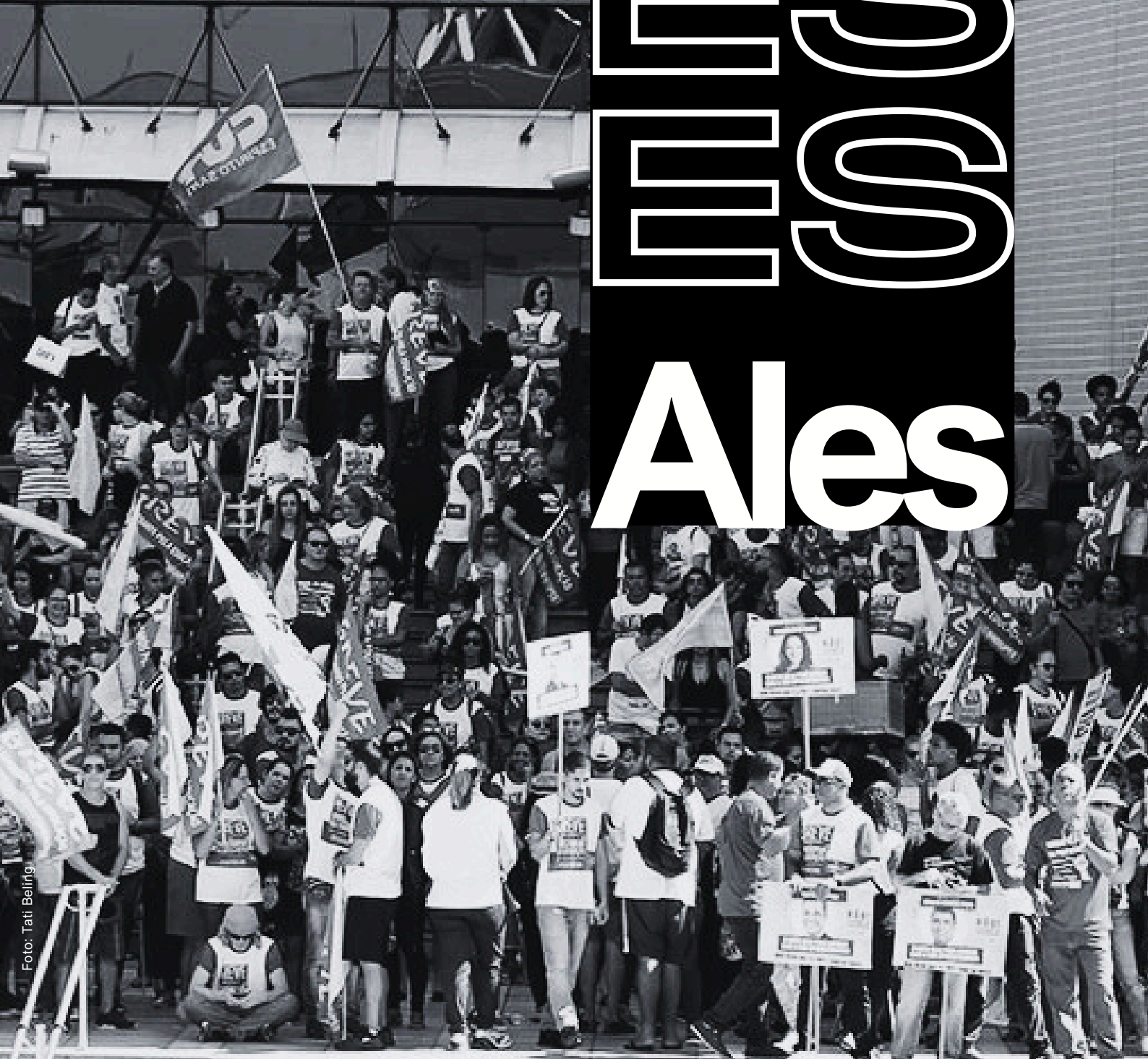


espírito santo



ESPÍRITO SANTO
LEGISLATI

ES ES Ales



A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo conta com 30 parlamentares para representar 4 milhões de pessoas que residem nos 78 municípios do estado.

Em relação a produção legislativa da Alesp na área de segurança pública, de 2023 à março de 2025 foram protocolados **91 proposições legislativas desta temática**. Sendo, 75% são projetos de lei e 25% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Ales.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam da a expansão de novas unidades de policiamento entre os municípios, aumento de gratificações para as polícias e instalação de câmeras e videomonitoramento.

Em relação autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Coronel Weliton (PRD) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 43 textos de lei. Em seguida, Dr. Bruno Resende (União) com 10, Delegado Danilo Bahiense (PL) com 7, Lucas Polese (PL) com 5 e Gandini (PSD) com 4 matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 84% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PRD, PL, União, Republicanos e PSB.

Ademais, identificamos que a maioria dos partidos de esquerda não participam efetivamente na produção de medidas legislativas nos debates de segurança pública. Deixando a cargo da direita a construção de proposições legislativas neste debate, resultando em retrocessos no campo de direitos humanos e aumento de uma política de segurança pública baseada em militarização que apenas resulta em aumento do encarceramento em massa e genocídio da população negra.

ES ES ES
ES ES ES
ES ES ES

2023

2024

2025

91

proposições legislativas

sobre segurança pública

75%
são indicações legislativas

25%
são projetos de lei

principais autores & partidos

Foto: Ales

Coronel Weliton (PRD)



Dr. Bruno Resende (UNIÃO)



Delegado Danilo Bahiense (PL)



Lucas Polese (PL)



Gandini (PSD)



0 10 20 30 40 50

PRD25
PARTIDO RENOVÇÃO DEMOCRÁTICA



UNIÃO
BRASIL

Republicanos

PSB40

A partir do nosso monitoramento legislativo, conseguimos identificar uma série de matérias legislativas que articulam tecnologia e policiamento ostensivo no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Afinal, assistimos ao avanço de políticas de videomonitoramento, reconhecimento facial e criação de bancos de dados para a criminalização de pessoas negras e pobres em especial.

Nas 3 casas legislativas, identificamos a tramitação de 65 proposições legislativas sobre reconhecimento facial. Apenas em 2025 foram 49 proposições legislativas protocoladas solicitando o uso de impressão facial para políticas de segurança pública. Em que 75,4% destas matérias legislativas foram criadas na Alesp, em sua maioria no âmbito do Programa Muralha Paulista.

Em relação a autoria, o Deputado Estadual Rogério Nogueira (PSDB/SP) é o parlamentar que mais protocola medidas legislativas sobre reconhecimento facial, seguido de Tyago Hoffmann (PSB/ES) e Rodrigo Amorim (União/RJ). Os partidos de direita tem monopolizado a pauta sobre tecnologia e policiamento nas casas legislativas, inclusive como Presidentes das Comissões de Segurança Pública nos parlamentos estaduais.

Segundo uma pesquisa científica baseada na análise do erro da Microsoft, realizada pela pesquisadora Dra. Joy Buolamwini do *Massachusetts Institute of Technology* - MIT e Fundadora da *Algorithmic Justice League*, demonstrou que 93,6% das imagens tiveram o gênero analisado de forma equivocada, em sua maioria eram de rostos negros, em que mulheres negras estão mais suscetíveis a falsos positivos. Portanto, a Tecnologia & Inovação também podem reproduzir violações, abusos e ameaças aos direitos humanos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. **Por trás das políticas de videomonitoramento e reconhecimento facial há interesses lucrativos de grandes empresas e a expansão do complexo industrial prisional.**

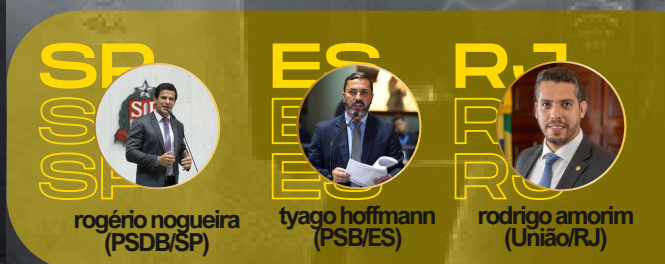
O uso de novas tecnologias constitui, em última análise, uma ameaça ao próprio Estado Democrático de Direito. Pois, invade o direito a privacidade dos cidadãos e cidadãs garantidos em marcos legais como a própria constituição brasileira. A própria Lei Geral de Proteção de Dados - a LGPD, no que se refere os dados pessoais no Brasil tem como fundamento a Constituição Federal, que determina a proteção da personalidade e reconhece o direito à privacidade, considerando invioláveis a vida privada.

reconhecimento facial

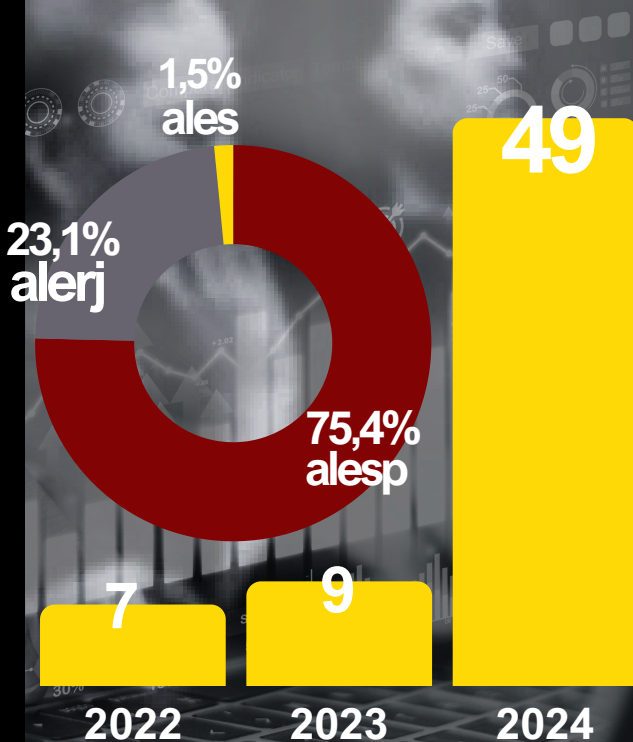
65

proposições legislativas

principais autores & partidos



perfil legislativo



Fonte: IDMJRacial; Elaboração Própria.

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

O ciclo orçamentário tem início com a elaboração do Plano Plurianual (PPA), em seguida a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e se encerra com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.

O **Plano Plurianual** é o planejamento orçamentário de médio prazo do governo. O PPA estabelece qualitativamente e quantitativamente quais serão os investimentos da administração pública em cada área em que atua (Saúde, Educação, Transporte, Indústria, Assistência Social, entre outros). O plano define as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos. O PPA é revisado, monitorado e aperfeiçoado anualmente para ser readequado à situação esperada no próximo ano.

As **Diretrizes Orçamentárias** definem as metas e prioridades do governo, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte. A **LDO** estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para atingir as metas previstas no PPA na execução das ações. É elaborada pelo Poder Executivo e discutida, vota da e aprovada pelo Legislativo.

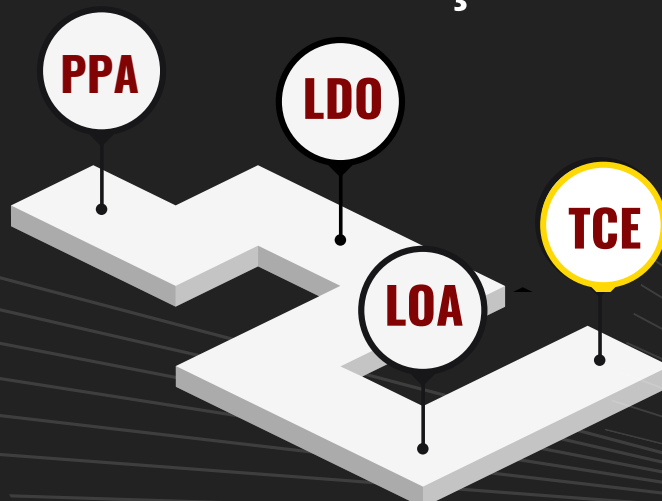
Enquanto a **LOA** autoriza o Executivo a gastar os recursos arrecadados para manter a administração, pagar os credores e fazer investimentos. A LOA materializa as diretrizes do direcionamento de gastos e despesas do governo, indicando qual será o orçamento público disponível para o próximo ano. A quantidade e a qualidade dos gastos e investimentos indicam qual o nível de prioridade em investir naquela área para que o plano estratégico alcance os resultados esperados.

A sociedade civil precisa acompanhar o ciclo orçamentário, como forma de fortalecimento democrático, participação cidadã e orientando as diretrizes orçamentárias para áreas primordiais da promoção de direitos sociais e econômicos.

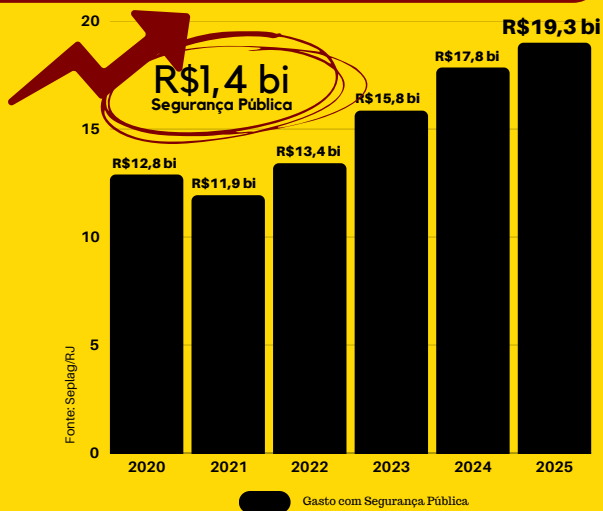
CICLO ORÇAMENTÁRIO

DOS ÚLTIMOS 10 GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO 5 FORAM PRESOS.

Foto: Congresso em Foco



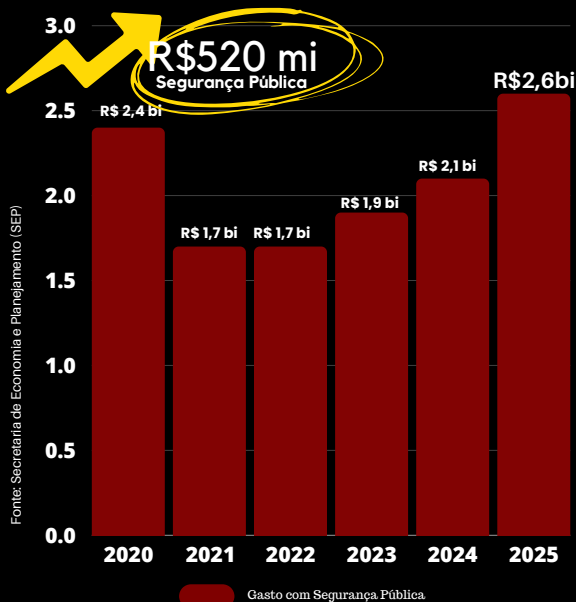
SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/RJ 2020 -2025



Ao examinarmos o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 do Estado do Rio de Janeiro, identificamos que **R\$ 19,3 bilhões será direcionado para o arcabouço de segurança pública**, um aumento de R\$ 1,4 bilhões em relação ao ano anterior. A composição orçamentária do Estado indica quais serão as áreas prioritárias para atuação governamental, o destaque fica por conta do enorme orçamento para Segurança Pública, a diminuição dos gastos sociais para Trabalho, Assistência Social e Ciência e Tecnologia. O orçamento de Segurança Pública é maior que pastas inteiras como Educação, Saúde, Trabalho e Habitação!

Precisamos repensar o modelo atual de segurança pública, que utiliza 16,3% do total do orçamento público, equivalente a R\$ 15,8 bilhões de reais. a prioridade do Governo no orçamento público é a execução e expansão de uma política de morte através do aumento da militarização da vida e o investimento em armamentos bélicos.

SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/ES 2020 -2025

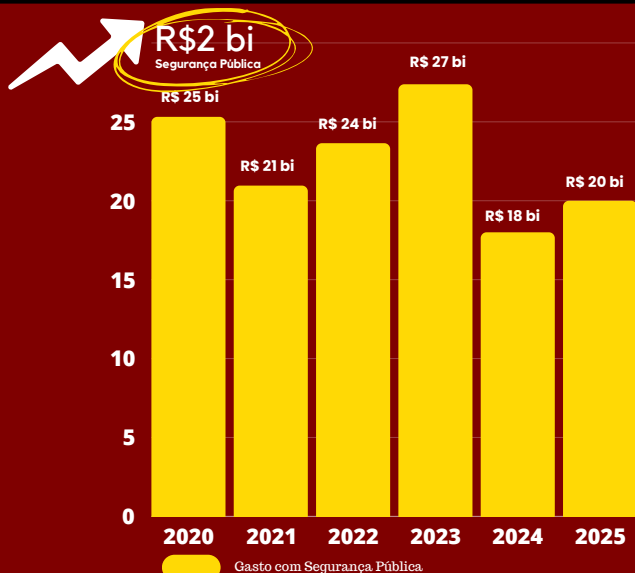


Ao examinarmos o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 do Estado do Espírito Santo, identificamos que **R\$ 2,6 bilhões será utilizado para os gastos de segurança pública**, um aumento de R\$ 520 milhões em relação ao ano anterior.

Ao observar a trajetória dos gastos públicos na área de segurança pública, desde 2021 ocorre aumentos sucessivos de aumento de custeio para as atividades de segurança pública, mesmo no período de isolamentos social provocada pela pandemia de Covid-19.

A função de segurança pública utiliza 9,1% do total do orçamento público do Estado, sendo maior que os gastos com assistência social, cultura, trabalho e urbanismos somados. A atual política de segurança pública que têm como alvo a juventude negra periférica, em que a "guerra às drogas" resulta em encarceramento em massa e legitimação do extermínio dos corpos negros e quem nem de longe combate a megaestrutura das indústrias de armas e drogas.

SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/SP 2020 -2025



Ao examinarmos o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 do Estado de São Paulo, identificamos que **R\$ 20 bilhões serão utilizados para os gastos de segurança pública**, um aumento de R\$ 2 bilhões em relação ao ano anterior.

Ao observar a trajetória dos gastos públicos na área de segurança pública, em 2023 o Estado disponibilizou para o aparato policial R\$ 27 bilhões, aproximadamente o mesmo valor que determinou para a área de Saúde, R\$28 bilhões. A soma das pastas de Direitos humanos, assistência social, cultura e habitação juntos não chegam ao valor direcionado exclusivamente para segurança pública.

A política genocida de segurança pública do Estado continua recebendo enormes repasses de verbas públicas que visam ampliar seu arsenal bélico, compra de tecnologias de vigilância, videomonitoramento, reconhecimento facial, entre outros dispositivos de produção de morte.

RIO RIO RIO Alerj

O Governo Estadual do Rio de Janeiro prevê o **gasto público de R\$ 12,7 bilhões para as polícias, sendo 61% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$ 9 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$ 7 bilhões. Em relação ao sistema prisional, serão destinados R\$1,7 bilhões para a gestão do sistema prisional. Contudo, apenas R\$ 256 milhões para Alimentação e Nutrição, R\$ 51 mil reais para a prestação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial e o mesmo valor para oferta de serviços assistenciais para uma população prisional de 47 mil pessoas.



orçamento para as polícias

R\$ 12,7 bi



policiamento



prisional

R\$ 1,7 bi

R\$ 256 MI
Alimentação e Nutrição

R\$ 51 MIL
Assistência Hospitalar e Ambulatorial

-> Meta de 90 mil pessoas atendidas

R\$ 51 MIL
Defesa DHs e Oferta Serviços Assistenciais

são paulo

SP
SP
SP

Alesp

O Governo Estadual de São Paulo prevê o **gasto público de R\$ 18,5 bilhões para as polícias, sendo 84% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$ 12 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$ 6,5 bilhões. Em relação ao sistema prisional, serão destinados R\$6,1 bilhões para a gestão do sistema prisional. Contudo, apenas R\$ 167 mil reais para a prestação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para uma população prisional de 200 mil pessoas - o estado com o maior número de presos no Brasil.

Em relação a políticas de drogas, a previsão de gasto para 2025 é de R\$ 53 milhões. Sendo 95% deste orçamento exclusivo para a prestação de serviços de comunidades terapêuticas, espaços religiosos e conservadores que usam a abstinência, o trabalho forçado, a tortura e a doutrinação religiosa como tratamento para uso abusivo de drogas.



Foto: Rovena Rosa

orçamento para as polícias

R\$ 18,5 bi



policiamento



prisional

R\$ 6,1 bi

R\$ 167 MIL
Assistência Hospitalar e Ambulatorial



drogas

R\$ 53 mi



Comunidades Terapêuticas

O Governo Estadual do Espírito Santo prevê o **gasto público de R\$ 2,6 bilhões para as polícias, sendo 66% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$ 1,2 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$ 514 milhões, sendo direcionado apenas R\$ 100 milhões para polícia científica. Em relação a polícia penal, serão destinados R\$ 87 milhões para o aparato policial do sistema prisional. Contudo, apenas R\$ 650 mil serão direcionados para a ressocialização de privados de liberdade, para uma população prisional de 23 mil pessoas.

espírito santo

ES
ES
ES

Ales

orçamento para as polícias

R\$ 2,6 bi



policiamento



polícia penal
R\$ 87 mi



R\$ 650 MIL
Ressocialização

polícia científica
R\$ 100 mi

resultados

Mesmo com um período tão curto de atuação podemos apontar boas práticas na realização de *advocacy* no Legislativo e acima de tudo, celebrar boas vitórias. Em um campo tão árido de disputas, como o da segurança pública, devemos comemorar as ações que impedem violações de direitos humanos e também do aprofundamento da militarização.

Em 2024, expandimos a formação de incidência política popular para **51 organizações e movimentos sociais do Brasil e criação de um banco de dados de proposições legislativas sobre segurança pública e sistema prisional** para o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Junto com a Frente Estadual pelo Desencarceramento – Espírito Santo construímos um diálogo com o Fórum de Justiça para **criação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Espírito Santo** e estimulamos a atuação política da organização social Ecoar Direitos que criou o **Boletim Semanal VigiALES** para acompanhar a produção legislativa sobre segurança pública e sistema prisional da ALES.

Além da construção coletiva do Fórum Popular de Segurança Pública de São Paulo e a parceria com Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e as Frentes Estaduais pelo Desencarceramento do Espírito Santo e Rio de Janeiro incidindo com proposições de emendas aos orçamento público na área de segurança pública, prisional e política de drogas.

Ampliamos a partir da atuação da Rede Abolicionista uma parceria com a **Rede Nenhuma Vida a Menos, para** ações de incidência política no orçamento do Paraná para os próximos anos. Por fim, lançamos campanha de comunicação **Desinvestir das Polícias é Investir em Políticas Sociais!** da Rede Abolicionista liderada pela Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial – IDMJRacial, Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ, Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – FpopSeg, Frente Estadual pelo Desencarceramento/ES, Iniciativa Anarquista de São Paulo e Rede Nenhuma Vida a Menos do Paraná para fomentar o debate da importância do desinvestimento das polícias e prisões e o redirecionamento de verbas públicas para áreas de políticas sociais.

Confira a seguir, um resumo das pequenas vitórias conquistadas coletivamente com uma incidência política popular!



resultados

PLDO 2025 DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ESPÍRITO SANTO

- A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS DA REDE ABOLICIONISTA QUE CONSTRUÍRAM E PROTOCOLARAM 08 EMENDAS NO PLDO 2025

SÃO PAULO

- APROVAÇÃO DE 14 EMENDAS PARLAMENTARES NA PLDO 2025, SÃO ELAS:

LETALIDADE POLICIAL

CRIAÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL.

PERÍCIAS

CRIAÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA PERICIA EM CASO DE MORTES DECORRENTES DA INTERVENÇÃO POLICIAL.

DESINVESTIMENTO DAS POLÍCIAS E PRISÕES

DIMINUIÇÃO DO ARSENAL BÉLICO DAS POLÍCIAS E ACESSO A SERVIÇO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA PRIVADOS DE LIBERDADE

POLÍTICA DE DROGAS

FORTALECIMENTO DA REDE PÚBLICA PARA ATENDIMENTOS EM CASOS DE USO ABUSIVO DE DROGAS

RIO DE JANEIRO

- APROVAÇÃO DE 23 EMENDAS PARLAMENTARES NA PLDO 2025, SÃO ELAS:

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL INDICANDO A ORIGEM DOS RECURSOS E AS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SUPLEMENTADAS.

SEM POLÍCIAS NAS ESCOLAS

RETIRADA DE ATIVIDADE EXTRACURRICULAR COM POLÍCIAS NA SEEDUC.

DESINVESTIMENTO DAS POLÍCIAS E PRISÕES

DIMINUIÇÃO DO ARSENAL BÉLICO DAS POLÍCIAS

PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E DIREITOS HUMANOS

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PPCAM, PRÓ-VITA E PPDDH

ORÇAMENTO ANUAL PLOA 2025

ESPÍRITO SANTO

- A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS DA REDE ABOLICIONISTA QUE CONSTRUÍRAM E PROTOCOLARAM 15 EMENDAS NA PLOA 2025

SÃO PAULO

- APROVAÇÃO DE 2 EMENDAS PARLAMENTARES NA PLOA 2025, SÃO ELAS:

R\$ 10 MILHÕES POLÍTICA DE MULHERES
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

R\$ 16 MILHÕES POLÍTICA DE CUIDADOS & ACOLHIMENTO
ACOLHIMENTO ESPECIALIZADO PARA ADOLESCENTES, JOVENS, MULHERES, IDOSOS E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

RIO DE JANEIRO

- APROVAÇÃO DE 10 EMENDAS PARLAMENTARES NA PLOA 2025, SÃO ELAS:

R\$ 103 MILHÕES RETIRADOS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

REMANEJADAS PARA POLÍTICAS SOCIAIS

R\$ 39,8 MILHÕES COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

R\$ 19,7 MILHÕES LIBERDADE RELIGIOSA

R\$ 13,7 MILHÕES DIREITOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

R\$ 10 MILHÕES MORADIA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

R\$ 10 MILHÕES COMBATE A POBREZA

R\$ 10 MILHÕES EMPREGABILIDADE PARA MULHERES DO CAMPO

R\$ 500 MIL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

EMENDAS DE FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2 EMENDAS AO TEXTO-LEI DA LOA 2025 QUE GARANTE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICIZAÇÃO EM UM SÍTIOS ELETRÔNICO DO DEMONSTRATIVO ANUAL DE CRÉDITOS COMPLEMENTARES.

considerações finais

Acreditamos que o dispositivo de Incidência Política Popular, que congrega a articulação entre movimentos sociais e organizações sociais em parceria com gabinetes parlamentares pode propiciar o fortalecimento democrático através da participação social no controle e fiscalização do poder executivo e legislativo do Estado, além de propiciar que as pautas mais urgentes de territórios de favelas e periferias possam ser ouvidas e contempladas pelo poder público.

Por isso, um desafio institucional da IDMJRacial para 2025 é a expansão do nosso projeto De Olho na Alerj para outras regiões do país, visando construir formação política e advocacy para a sociedade civil que atue no debate de direitos humanos e segurança pública.



**TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
DE INCIDÊNCIA POLÍTICA POPULAR**



“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem”
(Carlos Marighella)





// Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito